

FORMAS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA EM ANDRADINA-SP E CASTILHO-SP¹

FORMS OF PEASANT RESISTENCE IN ANDRADINA/SP AND CASTILHO/SP

MSc. Dóri Edson Lopes²

RESUMO: A realidade no campo brasileiro se caracteriza por uma estrutura fundiária concentrada e um Estado que privilegia planos agrícolas voltados à agricultura capitalista, situação agravada pelas relações de produção e comercialização dominadas pela economia capitalista que, por meio de mecanismos de funcionamento do livre mercado, extrai renda contida na agricultura camponesa. Diante deste contexto, a classe camponesa desenvolve ações tanto de luta pela terra como para nela permanecer. Logo, são estas experiências desenvolvidas nos municípios de Andradina-SP e Castilho-SP que este artigo analisa. O resultado aponta para o fato de que há nestas estratégias uma eficiência econômica que contribui para a eficiência política do campesinato, tendo em vista que esta resistência cria obstáculos para os interesses da burguesia.

PALAVRAS-CHAVE: Renda Camponesa - Sujeição - Resistência – Cooperativa – Feiras.

ABSTRACT: The reality in the Brazilian countryside is characterized by a concentrated land ownership and a state that favors agricultural plans geared towards capitalist farming, a situation aggravated by the relations of production and marketing dominated by the capitalist economy that, through the mechanisms of free markets, draws income contained in peasant agriculture. Given this context, the peasant class struggle develops actions of both the struggle for land and to remain there. Therefore, these experiences are developed in the municipalities of Andradina-SP and SP-Castilho this paper analyzes. The result points to the fact that these strategies is an economic efficiency that contributes to the political

¹ Este texto é parte da Dissertação de Mestrado em Geografia, intitulada: “A Questão Agrária e as Formas de Resistência Camponesa em Andradina/SP e Castilho/SP”, defendida junto ao Programa de Mestrado em Geografia da UFMS - sob orientação da Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida.

² Professor e Mestre em Geografia pelo Programa de Mestrado em Geografia da UFMS (2010 -2012), Campus de Três Lagoas-MS. E-mail: dorilopes05@yahoo.com.br

effectiveness of the peasantry in order that this resistance creates obstacles to the interests of the bourgeoisie.

KEYWORDS: Peasant Income - Submission - Resistance - Cooperative - Fair.

INTRODUÇÃO

Antes de iniciar a avaliação das razões que levam o campesinato dos municípios de Andradina-SP e Castilho-SP a formularem ações que buscam a permanência na terra, é necessário analisar a importância política dessas práticas.

Destaca Fabrini (2001) que, dentro do contexto de discussões sobre o papel da Reforma Agrária na sociedade muitos procuram justificá-la enfatizando o lado econômico, onde a melhor distribuição de terras levaria ao maior desenvolvimento das forças produtivas dentro do sistema capitalista.

Para o autor esta defesa da Reforma Agrária é técnica, feita a partir de um ponto de vista puramente econômico e carente de uma ideologia contestadora. “Concebida dessa forma, a reforma agrária não se constitui num elemento questionador da ordem estabelecida no campo.” (p.23).

Sob o contexto de ações do Movimento dos Sem Terra – MST, Fabrini (2001, p.25) analisa que no processo de luta pela terra se estabelecem relações sociais, políticas e econômicas de resistência entre os envolvidos, e lembra que “o acesso a terra coloca ao trabalhador uma nova condição (condição de produtor)”. E por este motivo alguns acreditam que haveria uma tendência à dispersão das lutas e reivindicações.

Entretanto, para o autor, tendo em vista a trajetória politizadora nos acampamentos estes sujeitos costumam conceber a produção agrícola de forma diferente de agricultores familiares que não passaram pela experiência de luta pela terra. Desta forma, diante os desafios impostos pela sociedade capitalista surgem entre os assentados que lutam pela Reforma Agrária experiências organizativas que buscam a permanência na terra para além do produtivismo.

Analisando as experiências das cooperativas do MST, Fabrini (2001) destaca que as estratégias camponesas de resistência ao buscarem a eficiência econômica contribuem pela viabilização da eficiência política do movimento dos sem terra.

Assim, a importância das ações elaboradas por assentados para permanecer na terra podem ser vistas sob um aspecto tático na luta de classes, pois a Reforma Agrária é algo arrancado da burguesia. E, desta forma, através, por exemplo, de uma cooperativa os trabalhadores podem “tirar vantagens com integração ao mercado, o que seria a garantia para permanência da terra nas mãos de quem nela trabalha.” (Idem, p.32).

Portanto, tanto a luta pela Reforma Agrária como a criação de cooperativas, e outras formas de resistência, têm para Fabrini (2001) um aspecto de contestação da ordem vigente no campo capitalista, pois colaboram para a permanência do camponato na terra conquistada. E contribuem para o enfraquecimento político da burguesia, principalmente a agrária que tem na posse da terra o poder econômico que precisa para exercer sua influência política na sociedade. Além disso, estas estratégias contribuem para negar a lógica capitalista como um todo, lógica esta que procura se apropriar da renda criada em unidades de produção camponesa.

Assim:

Após a expropriação/expulsão e experiências urbanas, os trabalhadores sem-terra deixam de conceber a produção no campo de forma individualizada. Agora, não aceitam mais o prejuízo diante dos grandes esquemas econômicos que lhes subtraem a renda. A não aceitação à subordinação da produção familiar a estes esquemas é a evidência da visualização da dimensão política pelo camponês que geralmente não se interessa por esta questão. (FABRINI, 2001, p. 34)

Desta forma, concordando com Fabrini, destacamos que as formas de resistência camponesa que são desenvolvidas nos municípios de Andradina-SP e Castilho-SP representam ações com características político-econômicas.

Em geral tais estratégias criadas nestes dois municípios são influenciadas por dois aspectos. Primeiro pode se observar que são experiências desenvolvidas em razão de certa ausência de políticas agrícolas do Estado que sejam voltadas à permanência na terra do agricultor familiar camponês.

Exemplo disto são os números do Censo Agropecuário de 2006 que mostram que na microrregião de Andradina-SP 86,82% dos estabelecimentos que acessaram financiamento agrícola eram representados por unidades de produção de até 200

hectares. Todavia, estes estabelecimentos dividiram entre si 39,94% do valor do crédito destinado à agricultura nesta região do Estado de São Paulo.

Por outro lado, 5,4% dos estabelecimentos que obtiveram algum tipo de recurso financeiro eram representados por unidades com área a partir de 500 ha. Mas, estes 5,4% conseguiram ficar com 58,68% do valor utilizado no financiamento da agricultura da microrregião em questão. Portanto, é um crédito muito mal distribuído e altamente concentrado.

Os projetos de Reforma Agrária implantados na região de Andradina-SP e Castilho-SP são divididos em lotes que tem em média 15 hectares, neste sentido, um dado interessante do Censo Agropecuário de 2006 é que as unidades de até 20 hectares representam 54,37% de todos os estabelecimentos que obtiveram algum tipo de financiamento agrícola. No entanto, estas mesmas unidades conseguiram acessar apenas 1,02% de todos os valores destinados à agricultura na microrregião de Andradina-SP em 2006.

Esta falta de recurso se revela na prática, uma vez que há assentamentos que há anos foram criados e ainda não receberam investimentos básicos de infraestrutura como, por exemplo, o assentamento Pendengo em Castilho-SP. Este projeto teve sua criação decretada em março de 2010, sendo que só em janeiro de 2012 seus moradores recebiam recursos para a construção de casas (figura 1), entretanto, ainda sofriam com a falta de água e energia elétrica, problemas que não havia perspectiva de solução. Tem-se ainda como exemplo desta situação o assentamento Celso Furtado, também em Castilho-SP, que foi criado em dezembro de 2005 e só no ano de 2011 recebeu energia elétrica.



Figura 1 – Construção de casa no assentamento Pendengo em Castilho-SP, ao lado poço de água escavado por assentado.

Fonte: Trabalho de campo, jan. 2012.

Outro aspecto que contribui com o surgimento de formas de resistência no campo desta região está vinculado às ações do capital que utiliza mecanismos de mercado que buscam sujeitar as relações de produção e comercialização da agricultura familiar camponesa de forma a se apropriar da renda criada por esta classe.

Estes mecanismos de sujeição são encontrados na incorporação de técnicas avançadas que exigem investimentos em insumos agrícolas (leia-se: pesticidas, adubos químicos e maquinários) produzidos por grandes indústrias do ramo. Conforme Paulino (2003, p.269), “É justamente a incorporação de tecnologia que o obriga a pagar um pesado tributo ao capital industrial e comercial, tributo esse representado pelo consumo das mercadorias que entram no processo produtivo.”

São mecanismos que podem ser encontrados também no processo de comercialização, quando se submete a produção da agricultura familiar camponesa aos meandros do mercado capitalista, como no do fornecimento de matéria prima a preços desvalorizados, principalmente para as indústrias. Mas também por meio da ação de outros intermediários comerciais, como os supermercados, dentre outros.

É um processo este entendido como de “integração” entre capital e produtor camponês, mas que acima de tudo de dominação do segundo pelo primeiro.

(...) são as cadeias industriais que se sustentam por meio da matéria-prima fornecida por essa classe, como é o caso da integração; igualmente visível são os interstícios da acumulação de capital pelas indústrias que recebem o leite, os produtos da lavoura permanente e temporária. Por fim, a agressiva ação do capital comercial com as anteriores se confunde. (PAULINO, 2003, p.269)

A produção e comercialização do leite nos municípios de Andradina-SP e Castilho-SP é um bom exemplo desta dinâmica de monopolização do território.

O leite é considerado o principal produto de geração de renda das pequenas unidades de produção agrícola da região, tanto que, de acordo com o censo

agropecuário de 2006 havia na microrregião de Andradina 1.921 estabelecimentos produzindo leite, sendo que destes 94,11% estavam presentes nas pequenas unidades agrícolas, ou seja, aquelas até 200 hectares. Destaque para os estabelecimentos até 20 hectares, estratificação onde estão concentrados os lotes de assentamentos, estes representavam 66,42% de todas as unidades que produziam leite na região, conforme

No entanto, a maior parte desta produção leiteira é negociada com indústrias privadas do ramo de laticínios, o que na prática se revela na venda a baixos preços como mostra A. Boaventura³, filha de um tradicional produtor de leite de Castilho-SP, onde no mês de Agosto de 2011 o leite in natura, ou seja, aquele que não recebe nenhum tratamento e é depositado em galões, estava sendo vendido em média a R\$ 0,75 o litro. Já o leite que era depositado em tanques de resfriamento é vendido a R\$ 0,90.

No entanto, nesta época o mesmo litro de leite era vendido em supermercados da região por valores que chegavam a R\$ 2,20 em embalagem plástica e R\$ 3,00 em embalagem longa-vida o que revela que parte da renda encontrada nesta mercadoria ficou com o industrial dono do laticínio e, outra parte, com o dono do supermercado.

Logicamente, esta é uma dinâmica que não está restrita ao leite, mas pode ser verificada também na comercialização de quase todo produto que está sujeito às ações dos intermediários e do sistema de integração produtor - indústria.

Portanto, é diante esta situação de apropriação capitalista da renda criada pelo produtor familiar do campo, e de ausência de apoio do Estado, que camponeses têm cada vez mais elaborado estratégias de resistência e enfrentamento a esta conjuntura. E procuram por meio de ações políticas e econômicas a permanência na terra que conquistaram.

Exemplo disso são as inúmeras mobilizações que reivindicam dos governos federal, estadual e municipal, melhores condições de vida e produção nos assentamentos, como as ocorrida em frente à prefeitura de Castilho e também em ocupações realizadas no INCRA de Andradina-SP (figura 2).

³ Informação verbal em setembro de 2011.



Figura 2 – À esquerda, manifestação em frente à prefeitura municipal de Castilho-SP, junho de 2009. À direita, ocupação do INCRA em Andradina-SP, setembro de 2011.
Fonte: Trabalho de campo e www.andranews.com.br

Outras ações desenvolvidas neste sentido são a criação de feiras, associações e de cooperativas, experiências estas que serão analisadas a seguir.

AS EXPERIÊNCIAS COM A COAPAR

Dentre as principais estratégias elaboradas por camponeses da região de Andradina-SP que buscam minimizar as ações do capital, está a criação de associações e cooperativas, dentre elas se destaca a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo – COAPAR.

Com sede em Andradina-SP (figura 9), a COAPAR foi criada em dezembro de 2000 por um grupo de 24 famílias de assentados da região, conta hoje com 600 famílias cooperadas provenientes de 19 assentamentos localizados nos municípios de Andradina, Castilho, Mirandópolis, Itapura, Ilha Solteira, Guaraçá e Pereira Barreto.



Figura 3 – Sede da COAPAR, em Andradina-SP, que divide espaço com a Secretaria Regional do MST.

Fonte: Trabalho de campo, mar. 2012.

A fundação deu sob orientação do MST que no final dos anos de 1980 passou a adotar uma política de incentivo à formação de cooperativas como forma de melhorar as condições de vida e permanência dos assentados na terra.

Assim:

(...) somente a partir de 1989⁴, período em que o Movimento adota o lema: “Ocupar, Resistir e Produzir”, é que a organização do Movimento passa a desenvolver uma política cooperativista para os assentamentos. Isto ocorreu devido ao aumento do número de assentamentos rurais no país e à necessidade de viabilizá-los econômica e socialmente, bem como concretizar a idéia de que através da cooperação agrícola o assentado pode sobreviver na terra, produzindo em maior quantidade e com melhor qualidade. (SILVA, T., 2004, p.70-71).

Segundo o atual presidente da COAPAR, e também presidente da Secretaria Regional do Movimento do Sem Terra – MST, ela é uma cooperativa formada logo após o Movimento ter criado a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – Concrab. Ação esta que estimulou a construção de cooperativas locais e regionais com o intuito de facilitar a industrialização e comercialização da produção nos assentamentos. No caso a COAPAR tem caráter de cooperativa regional.

⁴ Segundo STÉDILE; FERNANDES (1999), na primeira etapa do Movimento, que vai desde as primeiras ocupações de 1979 até 1985, não havia uma política cooperativista definida para os assentamentos, isso só vai acontecer a partir de 1986. Neste período (1986) aconteceu a primeira luta do MST ligada à produção, foi uma luta por crédito subsidiado. Assim, somente a partir de 1989 é que começa a se esboçar uma política cooperativista no interior do MST, que mais tarde desemboca na criação do SCA (Sistema Cooperativista dos Assentados). (SILVA, T., 2004, p. 70).

(...) o objetivo central era o de criar uma cooperativa regional para trabalhar principalmente a industrialização do leite (...) só que naquele momento o Governo Federal, Fernando Henrique, cortou todas as linhas de financiamentos de assentamentos, principalmente créditos para cooperativa, (...) então tivemos muita dificuldade nos três primeiros anos, (...) só então conseguimos recursos para a compra de dois tanques de expansão, porque aí tinha caído uma lei que obrigava (...) nós tínhamos no Estado de São Paulo um recurso de projeto internacional que podia financiar alguns equipamentos na região e aí começou a comprar alguns tanques de expansão, porque daí tinha caído a lei do Ministério da Agricultura que não permitia mais o transporte do leite in-natura (...) aí os agricultores foram obrigados a comprar um tanque de expansão que hoje é caro, mas na época era muito mais caro.(informação verbal)⁵

Na época que se criou a COAPAR, a Nestlé dominava a comercialização do leite na região e esta empresa começou a financiar a aquisição dos tanques, mas seus valores eram descontados nos ganhos dos produtores. E devido ao seu alto valor passou a comprometer quase que a metade da renda dos camponeses, logo foi neste contexto de exploração da renda dos produtores da região que se criou a cooperativa.

Além de buscar cumprir as exigências sanitárias de qualidade do Ministério da Agricultura, o objetivo da COAPAR foi também o de tentar eliminar a figura dos intermediários presentes nas indústrias, que agem no sentido de sujeitar ao máximo a renda camponesa.

Tem-se análise que onde mais se acumula capital é na indústria, então nossa ideia é agente ir substituindo todos os intermediários (...) depois substituir na indústria e os assentados, com a cooperativa deles, industrializar seu produto sua matéria-prima e entregar o produto no mercado (...) como uma forma de tentar ir pegando essa renda que teoricamente fica na indústria e distribuir ela entre os associados.(informação verbal)⁶

Neste sentido, existe o projeto do laticínio desta cooperativa (em anexo) que deverá ser montado em Andradina-SP, sendo que já estão disponíveis as máquinas e equipamentos a serem utilizados neste tipo de indústria. Tendo, inclusive, dois caminhões tanques conquistados por meio de projetos de concessão junto ao

⁵ Informação fornecida por Lourival Plácido de Paula, Presidente da Coapar, em março de 2012.

⁶ Idem, março de 2012.

Governo Federal. No momento a pendência maior para a implantação deste laticínio é quanto à adequação de um local que cumpra com todas as especificações exigidas em lei.

No momento as ações da COAPAR tem se dado, principalmente, no armazenamento e transporte de leite disponibilizando tanques de resfriamento de modo a melhorar as condições de comercialização deste produto junto a indústrias do ramo de laticínios da região.

A COAPAR tem sido responsável pela comercialização diária de uma média de 15 mil litros de leite, algo entorno de 5 milhões anualmente. Mantendo vínculos comerciais com os seguintes laticínios: Matilat, Tânia, Trevisan e Cacretupi⁷, sendo a maior quantidade negociada com este último. É acordado que a COAPAR tem autonomia para negociar a venda de seu leite com outras indústrias que tenham melhor proposta, desde que avise com antecedência às atuais compradoras o fim do fornecimento.

Seguindo os padrões estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, e também as exigências da indústria de laticínios, a COAPAR passou a adquirir junto a órgãos de governo equipamentos de armazenagem do leite. Atualmente conta com 33 tanques de resfriamento distribuídos em vários assentamentos da região, além de dois caminhões-baú, uma caminhonete, e dois caminhões tanques para transporte do leite que permitem aos produtores melhores condições em infra-estrutura para o escoamento da produção leiteira de seus associados.

⁷ Interessante o fato de que a Cooperativa de Cafeicultores de Tupi Paulista – Cacretupi foi, no princípio, uma cooperativa voltada para a produção de café na região de Tupi Paulista-SP, mas passou para o ramo do leite tornando-se uma empresa de laticínio.



Figura 4 – Tanque de resfriamento da COAPAR instalado na sede no assentamento Cafeeira em Castilho-SP.

Fonte: Trabalho de campo, mar. 2012.

Tendo como base a quantidade e a qualidade do leite oferecido, a COAPAR fica em condições de barganhar melhores preços pelo produto junto aos laticínios, o que um produtor individualmente e carente de infra-estrutura teria muito mais dificuldades em conseguir. De acordo com a COAPAR, isto tem permitido, em média, um acréscimo de R\$ 0,10 no valor do litro de leite comercializado com as indústrias da região.

No entanto, os laticínios têm adotado um sistema de análise qualitativa na aquisição do leite que muitas vezes desvaloriza o produto. Portanto, antes de transportar o produto dos tanques para a sede das indústrias as empresas têm feito análises químicas, e conforme o nível de contaminação com bactérias e células somáticas se estabelece o preço pago ao produtor e que têm oscilado atualmente entre R\$ 0,70 e R\$ 0,90. Logicamente, que neste quesito está presente a questão de mercado onde oferta e procura se somam aos fatores de quantidade e qualidade.

Alguns produtores reclamam que basta uma vaca com problemas, ou a coleta de um dos produtores não tenha seguido as normas de higiene, para que isso comprometa a qualidade de todo leite estocado no tanque de resfriamento, e também a renda dos demais.

Para Almeida, produtor de leite do assentamento Timboré em Andradina-SP, atualmente as exigências de qualidade tem influenciado mais do que a quantidade no valor pago pelo produto, mas lamenta a falta de melhores condições de infra-estrutura e de conhecimento técnico por parte dos produtores para cumprir as

exigências. Diante desta situação o produtor se mostra bastante pessimista e pensa em parar de produzir leite, visto que não tem compensado o trabalho

Logo, este é um fator que tem rebaixado os valores do leite comercializado na região. Explica Aragão, secretário da COAPAR, que a cooperativa tem tido problemas para atender as exigências dos laticínios e que nas análises feitas por estas indústrias o leite produzido na região é em geral de baixa qualidade com contagem de bactérias totais e células somáticas elevadas.

Sobre as normas de participação na cooperativa, o estatuto da COAPAR permite que os produtores/fornecedores possam, a qualquer momento, deixar de comercializar seus produtos por meio desta cooperativa, pois não há contrato que obrigue a permanência.

Ao contrário do que ocorre em algumas cooperativas, na COAPAR não há obrigação contratual com os assentados no sentido de se pagar investimentos feitos em infra-estrutura produtiva ou em logística de escoamento da produção, visto que, esta é uma cooperativa cujo patrimônio é quase que totalmente provindo de projetos elaborados junto a órgãos governamentais de concessão e uso de equipamentos.

Logo, em tese a preocupação é apenas de manutenção do capital existente que é em sua maior parte composto por equipamentos que permitem a comercialização da produção camponesa desta região.

A maior fonte de renda que mantém esta cooperativa está no desconto de parte dos valores contido nos produtos comercializados. Explica L. Paula que no caso do leite, a COAPAR retém em média valores que oscilam entre 3 a 8 centavos de Real por cada litro de leite negociado com os laticínios. A alternância se dá por conta do volume de produção ao longo do ano, sendo que no inverno a produtividade é bem menor do que no verão.

Ainda que suas atividades sejam majoritariamente destinadas a oferecer melhores condições de comercialização do leite, a COAPAR busca o escoamento de outros produtos como forma de estimular a diversificação e procura desenvolver projetos, cujo objetivo é contribuir com o aumento da renda dos agricultores de pequenas unidades da região.

Para isso, esta cooperativa elaborou ações que tem por finalidade eliminar a figura do intermediário que está presente em vários setores da economia. Exemplo disto são as duas lojas da COAPAR instaladas uma em Castilho-SP e outra em Andradina-SP, nestas são vendidos variados produtos agropecuários utilizados na produção no campo.



Figura 5 – Loja de produtos agropecuários da COAPAR em Castilho-SP
Fonte: trabalho de campo, jan. 2012.

Por se tratar de uma cooperativa, em tese, a taxa de lucro contida nas mercadorias vendidas nesta loja tende ser mais baixa que em estabelecimentos comerciais comuns, o que pode beneficiar o produtor com preços mais em conta.

Em breve pesquisa feita em algumas lojas do ramo de insumos agrícolas em Castilho-SP, verificou-se que em média o saco de milho de 50 quilos é na COAPAR 9% mais barato que em outros estabelecimentos, assim como o saco de 40 quilos da ração de frango 7,57% mais em conta e o medicamento para tratamento de mastite, doença comum em vacas, que na loja da cooperativa custa R\$ 6,50 e em outro estabelecimento custa R\$ 8,00.⁸

Mas, talvez a maior vantagem com relação a estas lojas seja os prazos e as formas de pagamento, principalmente para quem é cooperado, que pode ter o valor dos produtos adquiridos descontados no momento em que a COAPAR for fazer o pagamento do leite comercializado pelo produtor. Além disso, o cliente pode dispor de orientação técnica-profissional.

⁸ Valores de maio de 2012.

Outra atividade desenvolvida por esta cooperativa é a fábrica de ração animal, instalada em novembro de 2010 no assentamento Terra Livre em Castilho-SP. O maquinário desta fábrica também foi conquistado por meio de projeto de concessão e uso junto ao INCRA, cujo objetivo de funcionamento é reduzir custos de produção dos associados oferecendo um produto com preço abaixo do praticado em lojas particulares da cidade.

Segundo Souza⁹, responsável pela fábrica, “o saco de 40 quilos custa R\$ 31. Se o assentado for comprar fora, vai pagar entre R\$ 38 e R\$ 40”. Segundo o mesmo, outra vantagem para quem vende leite para a cooperativa é o fato de que o valor da ração pode ser descontado no pagamento do leite com possibilidade de parcelamento em até três vezes, ou seja, condições que nem sempre podem ser encontradas em estabelecimentos comerciais comuns.

A ração fabricada neste empreendimento é uma mistura de milho, soja e núcleo (espécie de suplemento alimentar para o gado), sendo que boa parte destes ingredientes podem ser adquiridos dos próprios assentados. Exemplo de um deles que vendeu doze mil reais em milho para a cooperativa fabricar este tipo de ração que também pode ser encontrada nas lojas da cooperativa.

Mas, de todos projetos talvez o que mais traz esperanças aos produtores é o do Barracão do Produtor que deve ser instalado em Castilho-SP.

O principal objetivo deste projeto é promover a organização da distribuição da produção dos assentamentos da região, servindo como entreposto comercial. Neste barracão estará disponível toda uma estrutura voltada para a armazenagem dos produtos e agregação de valor como limpeza, separação e classificação para a venda em supermercados, para a merenda escolar e para os projetos governamentais de combate à fome.

O local já passou por reforma e está pronto, mas falta ainda receber os equipamentos necessários para o seu funcionamento. Conforme L. Paula (informação verbal),¹⁰ em breve deve haver uma chamada pública e a princípio a ideia é organizar uma espécie de conselho envolvendo representantes de diversas frentes de luta pela terra, associações de produtores e com representantes de

⁹ Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=7909643>. Acesso em: 05 abr. 2012.

¹⁰ Informação fornecida por L. Paula, presidente da Coapar. Março de 2012.

instituições públicas para discutir a administração deste empreendimento. A intenção é dar condições para que haja uma inter-cooperação que agregue representantes de todos estes setores para contribuírem na administração deste empreendimento.



Figura 6 – Barracão do Produtor localizado em Castilho-SP.
Fonte: Trabalho de campo, jan. 2012.

Acredita-se que através deste projeto seja possível não apenas melhorar o escoamento, mas superar as exigências cada vez mais rígidas do mercado que na prática funcionam como armadilhas na captura da renda camponesa. Portanto, o projeto almeja melhor planejar a quantidade, a venda e a padronização dos produtos de acordo com a exigência dos consumidores, sendo possível com isso uma expansão do mercado consumidor baseado na venda direta.

Certamente, um dos principais alvos são as novas possibilidades que estão sendo criadas com as políticas públicas de incentivo à agricultura familiar como no caso do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e da lei que determina na merenda escolar deve haver ao menos 30% de alimentos providos da agricultura familiar camponesa ¹¹.

Em fórum realizado em março de 2012, no município de Castilho-SP, para discutir o futuro do Barracão - evento este que contou com a presença do superintendente do INCRA, representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Conab, de dirigente da CEAGESP e do Presidente da COAPAR - conclui-se que hoje existe mercado para os produtos da Reforma Agrária da região de Andradina-

¹¹ Sobre estes programas, mais a frente neste trabalho, analisar-se-á parte de seus resultados obtidos nos municípios de Castilho e Andradina.

SP. Inclusive a CEAGESP propôs neste fórum a abertura de espaço para a comercialização das safras dos assentados em grandes centros urbanos como Campinas, Presidente Prudente, Bauru, dentre outros.

No entanto, durante o evento “os dirigentes informaram aos assentados que é preciso cumprir algumas exigências fundamentais como a padronização do produto, seleção por peso, tamanho e aparência, garantia de fornecimento na data estabelecida em contrato e manutenção da boa qualidade.” (CARMO, 2012, p.13).

Como dito, o projeto do Barracão busca cumprir as exigências destes mercados ao mesmo tempo em que estimula a diversificação produtiva nas pequenas unidades do campo na região e ainda possibilita que a renda que ficaria com o intermediário fique com o produtor.

(...) as pessoas só produzem aquilo que tem certeza que elas vendem (...) o Barracão vem pra isso, a gente vai diversificar (...) a gente sabe que só o leite é limitado, mesmo que fosse super bom, produzir leite, ter o laticínio, ganhar muito dinheiro; não seria o ideal porque as crises existem e pode acontecer em um momento desses produtos ficar sem mercado e a base passar fome (...) então a ideia é a diversificação ter várias atividades, o Barracão vem neste sentido (informação verbal)¹².

E ainda:

(...) a ideia é pegar o pouquinho que o cara tem lá. Às vezes o cara tem lá uma horta tem alguns pés-de-mamão, pés-de-laranja, de mexerica, tem lá algumas coisas, então, é pegar o que ta sobrando ali e colocar no mercado, organizar e por no mercado e ir incentivando a ele ir aumentando a produção (informação verbal)¹³.

É pertinente destacar ainda que a COAPAR é uma cooperativa cujos projetos estão vinculados especificamente à distribuição e comercialização da produção da agricultura familiar camponesa da região de Andradina-SP e que, dessa forma, se difere de algumas outras experiências cooperativistas que com suas ações acabam influenciando na organização do trabalho e da produção nas pequenas propriedades camponesas.

¹² Informação fornecida por L. Paula, presidente da Coapar. Março de 2012.

¹³ Idem, março de 2012.

Sobre este desvio do cooperativismo, Costa (1997) cita o exemplo da Cooperativa dos Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá Ltda. – Cocamar. Esta passou a atuar no ramo da sericicultura e ao financiar a compra de larvas e insumos necessários para a produção exigia do produtor, além do trabalho de cuidar do processo produtivo das larvas, também a entrega de toda produção para a referida cooperativa. Observa o autor que esta relação entre produtores e cooperativa, onde os segundos dominam os primeiros se aproxima mais de uma produção integrada nos moldes de uma empresa capitalista, do que propriamente no modelo de uma cooperativa.

Neste sentido, pode-se destacar ainda o caso da Cacretupi, cooperativa da região de Dracena-SP, que a princípio era voltada aos produtores de café, contudo, hoje possui um laticínio e adquire da COAPAR considerada quantidade do leite que é produzido na região de Andradina-SP. Situação que a COAPAR tenta superar com a criação de seu próprio laticínio.

Portanto, é nesta direção o alerta de Costa (1997, 78) “quanto à metamorfose da cooperativa em empresa capitalista”, pois tendo em vista se tratar de uma atividade econômica há sempre a possibilidade de acumulação de capital.

Está é uma hipótese que não deve ser destacada, mas ainda não é o caso da COAPAR como destacado, uma vez que a mesma respeita a autonomia do cooperado não exigindo contrato de entrega.

A conclusão é que a COAPAR, e seus projetos, são uma resposta do movimento de enfrentamento aos desafios lançados pelo capital e que, de certa forma, denunciam as contradições do sistema e a morosidade do Estado brasileiro em resolver problemas presentes na agricultura camponesa, em especial aqueles relativos a transferência de renda que empobrece os produtores. Assim, mesmo tendo o principal foco de suas ações na questão econômica acaba também por agir politicamente, organizando assentados e reivindicando dos governos ações e recursos que contribuam para por em prática projetos que podem contribuir na melhoria das condições de vida destes produtores. Em resumo, considera-se que é uma cooperativa que resulta da luta pela terra e para nela permanecer empreendida por camponeses.

Logicamente que estas estratégias não apontam para uma transformação na relação de trocas e nas condições de produção de forma a eliminar as preocupações presentes nos elementos do mercado capitalista e nem supera a insuficiência de um Estado nitidamente voltado para os interesses da burguesia. Mas, há de se considerar que são experiências que contribuem com o aumento da renda e com melhor qualidade de vida destas pessoas, por este motivo entende-se que devem ser apoiadas.

AS FEIRAS DA REFORMA AGRÁRIA

A produção camponesa sempre combinou produzir para o auto-consumo com produção para o mercado. Este é um dos elementos da resistência camponesa ao longo da história do capitalismo. (GUIMARÃES; MESQUITA, 2009, p.4).

A realização de feiras livres é outra estratégia de resistência que camponeses, principalmente os assentados da Reforma Agrária em Andradina-SP e Castilho-SP, vêm desenvolvendo frente às condições impostas pela lógica do mercado capitalista. Trata-se de um espaço conquistado junto ao poder público municipal, onde é feita a comercialização direta ao consumidor de parte da produção proveniente da agricultura familiar camponesa.

Popularmente estas feiras estão sendo chamadas de “Feiras da Reforma Agrária” e o motivo para a realização deste tipo de iniciativa está diretamente vinculado à necessidade de se criar novos mercados que proporcionem aumento da renda familiar. E que os produtos vendidos não sofram com os processos de desvalorização que ocorrem comumente nas ações dos atravessadores.

Estas feiras são uma experiência que primeiramente deve ser entendida como o resultado da organização política, produtiva e logística de assentados, da qual resultou, dentre entre outras coisas, no apoio dado pelo poder público. Trata-se de uma antiga reivindicação destes produtores rurais que cobravam a criação de um espaço público para a comercialização de seus produtos.

É uma ideia que foi aplicada primeiramente em Andradina-SP no ano de 2010, e posteriormente reivindicada pelos assentados do município de Castilho-SP – que passou a realizá-la em meados do ano de 2011. Para que este evento fosse realmente posto em prática contou-se com a colaboração de instituições públicas como o do Instituto de Terras de São Paulo – Itesp, das Prefeituras locais e do INCRA, além da contribuição organizativa da COAPAR e do MST.

As prefeituras destes municípios têm apoiado esta atividade cedendo espaços públicos como praças e ruas, sem a cobrança de qualquer tipo de taxa e nem da energia utilizada.

A princípio é um espaço que foi criado para uso exclusivo de assentados e produtores da agricultura familiar camponesa de toda a região, não sendo destinadas a feirantes e comerciantes comuns.

Nas Feiras da Reforma Agrária é possível encontrar variados produtos cultivados na própria unidade do assentado feirante, como: mamão, mandioca, melancia, quiabo, abóbora, frutas em geral, hortaliças e produtos da indústria doméstica, como os queijos, pães caseiros e doces feitos a partir do leite produzido nos lotes.

A realização deste tipo de iniciativa tem trazido algumas mudanças na vida dos assentados que participam desta atividade, além do aspecto econômico, como o aumento da renda familiar. Muitos relatam que há um constante acréscimo nas vendas e que isto tem aumentado a quantidade de mercadorias a serem produzidas.

Toda quarta-feira a produtora Geni, do assentamento Anhumas em Castilho-SP, se desloca até a cidade onde expõe produtos de seu lote em uma barraca na Feira da Reforma Agrária. Nesta barraca se vende abóbora, mandioca, algumas frutas, além de pimentas em conservas.

Para Geni, esta feira proporciona a oportunidade que precisava para vender parte do excedente de alimentos que fatalmente seria desperdiçado se não houvesse este espaço. “(...) Se não tivesse a feira? Tava perdendo (...) assim... não

perdia totalmente porque abóbora, mamão, essas coisas, a gente ia dá para os porcos. Mas, tendo a feira a gente aproveita” (informação verbal).¹⁴

Quando indagada se pretendia aumentar a produção e oferta de algum produto para sua barraca a camponesa, e agora também feirante, informa que deseja fazer uma ampliação de sua horta com a finalidade de cobrir a procura por este item. “(...) mais verdura, inclusive tava comentando hoje aqui de aumentar minha horta, to comprando sombrite, porque o sol é muito forte para a horta.” (informação verbal).¹⁵

A mesma informa que os ganhos com as vendas na feira têm oferecido uma renda razoável e que, no caso dela, é um complemento, pois a maior parte de sua renda ela conquista através da venda de leite.

A realização destas feiras na região revela também experiências interessantes como de trabalhadores que ainda estão lutando por terra como no caso de Fátima. Embaixo da lona há mais de dois anos no acampamento José Marti em Castilho-SP, vende doces caseiros nas feiras de apoio à agricultura familiar de Andradina, Castilho, Ilha Solteira e Itapura.

Em sua barraca são ofertados doces de leite, de frutas cítricas, de figo, cocadas, goiabadas, dentre outros, que são feitos graças à ajuda de um familiar residente em um dos assentamentos em Castilho e que disponibiliza a infraestrutura necessária para que sejam feitos estes doces.

Conforme informa a produtora, a feira tem sido sua principal fonte de sobrevivência, “(...) Nós tamos vivendo disso. Às vezes meu marido arruma bico e tem os filhos que ajuda, mas o resto é daqui.” (informação verbal) ¹⁶

Além disso, a produtora diz que um de seus potes de doces de leite é vendido a 8 reais e utiliza em sua fabricação pouco mais de um litro de leite que normalmente seria vendido ao laticínio por uma média de 80 a 90 centavos de real. Portanto, mesmo que tenha havido gastos com outros produtos no preparo deste doce verifica-se valorização do mesmo frente ao preço pago ao leite pela indústria.

¹⁴ Informação fornecida por Geni, assentada do assentamento Anhumas em Castilho-SP e que toda quarta-feira vai até a cidade comercializar produtos na Feira da Reforma Agrária do município. Março de 2012.

¹⁵ Idem, março de 2012.

¹⁶ Informação fornecida por Fátima, sem-terra do acampamento José Marti em Castilho-SP e produtora de doces caseiros. Março de 2012.

Outro exemplo é o caso de Milena que também é acampada e produtora de hortaliças em Castilho. Ela aproveita a oportunidade oferecida pela feira para vender sua produção e garantir sua sobrevivência.

Ela mora há três anos no acampamento José Marti, em Castilho. Sua horta foi instalada há seis meses em uma área comunitária do assentamento Celso Furtado, com apoio dos assentados. Milena já tem mais de 15 anos de experiência com a horticultura. Ela trabalhava em Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, onde alugava terrenos para plantar. “Mas quando a horta estava formada, o dono pedia o terreno de volta e a gente tinha que começar tudo do zero”, conta. Foi por isso que ela resolveu entrar na luta pela reforma agrária como forma de conquistar seu próprio pedaço de chão¹⁷.

Em relação ao histórico das feiras, quando implantada em Andradina no início do ano de 2010, a feira da Reforma Agrária contava com cerca de 20 barracas metálicas desmontáveis encomendadas e financiadas pela COAPAR e era realizada duas vezes por semana em bairros distintos da cidade.



Figura 7 – Produtos encontrados na Feira da Reforma Agrária de Andradina/SP.
Fonte: Trabalho de campo abr. 2010

No entanto, segundo informa Aquino¹⁸, secretário da COAPAR, a feira nestes bairros não recebia um bom público por ser mal localizada e distante do centro. Além de sofrer certo receio da população porque estava situada em bairros que na

¹⁷ Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/index.php/noticias-sala-de-imprensa/noticias/11944-assentamentos-fortalecem-feiras-livres-na-regiao-de-andradina-sp>>. Acesso em: 11 abr. 2012.

¹⁸ Informação verbal, março de 2012.

época sofriam violência fruto da guerra de gangues na cidade. Diante disso, os consumidores se afastaram e a feira foi desativada.

No início do ano de 2012 foi conquistado um novo espaço, trata-se de uma praça no centro da cidade que vem agregando não só produtores da agricultura familiar, mas também feirantes tradicionais contando com a participação de cerca de 40 barracas que se reúnem todas as quintas-feiras das 17 às 22 horas.

Em Castilho esta experiência tem sido realizada na praça central da cidade todas as quartas-feiras das 16 às 21 horas. No início apenas cerca de dez produtores aderiram a ideia, mas hoje a feira conta com mais de 30 barracas.



Figura 8 – Feira da Reforma Agrária em Castilho-SP.
Fonte: Trabalho de campo, jan. 2012.

Tanto em Castilho quanto em Andradina o espaço da feira está aberto para camponeses de toda a região, sendo assim é possível observar a presença de produtores de Murtinga do Sul, Nova Independência, Itapura, dentre outros.

Isto ocorre porque é uma iniciativa que nasceu das reivindicações de camponeses organizados em movimentos como do MST e, neste sentido, não há fronteiras que delimitem a união destas pessoas, visto que a luta pela Reforma Agrária, e por melhores condições de vida nos assentamentos, é organizada em escala nacional.

Nos dois municípios estas feiras têm atraído um público considerável, onde após o dia de trabalho muitos se dirigem às feiras para compras de frutas, verduras, legumes, conservas de pimenta, queijos, dentre muitos outros produtos. Além disso,

muitos aproveitam para fazer a refeição degustando os pastéis, coxinhas, caldo de cana, espetinhos e até milhos cozidos e pamonhas, ou seja, tornou-se também um ponto de lazer para os consumidores.

As feiras da Reforma Agrária é um tipo de evento que possibilita, dentre outros benefícios, o fornecimento de uma mercadoria mais nova e fresca ao cliente e, em geral, com um preço menor. Isto porque a venda direta elimina parte de um itinerário feito na circulação destes produtos, que em geral, são levados da região de Andradina para um centro de distribuição, como a Ceasa (Central de Abastecimento SA), para só depois voltar ao consumidor em algum ponto de revenda. Vejamos o depoimento de uma assentada feirante a respeito da questão:

No (Super) mercado, quando ele não pega na região, eles vêm do Ceasa. Imagina um quiabo que você colhe hoje pra ir pra lá, que nós entregava hoje, daqui três dias chegava, pra depois voltar para o consumidor? Chegava tudo murcho, né? A pessoa chega na barraca e eles admira de vê.” (Informação verbal).¹⁹

De fato, na opinião dos consumidores este é um dado importante, ou seja, a qualidade dos produtos oferecidos, como salienta um dos clientes da feira, “(...) Aí oh! Novinha. No (Super) mercado é murcha.” (Informação verbal).²⁰

Em conversas com produtores da feira em Castilho foi possível observar que, em geral, são disponibilizados produtos com pouco ou sem nenhum tipo de agrotóxico. Alguns relatam a necessidade de aplicar em hortaliças produtos químicos que repelem borboletas e outros dizem ter recebido orientação em cursos do INCRA para utilizar repelentes à base de citronela, uma planta com cheiro que afasta insetos.

A vantagem é que a maior parte dos alimentos vendidos nestas feiras não exige grande quantidade de produtos químicos em seu cultivo devido à preferência

¹⁹ Informação fornecida por Leni, feirante e assentada no projeto Timboré de Andradina, através de trabalho de campo, em Andradina-SP, em Abril de 2010.

²⁰ Informação fornecida por Edgar, cliente da Feira da Reforma Agrária de Andradina-SP, através de trabalho de campo, em Andradina-SP, em Abril de 2010.

destes produtores em priorizarem a produção de alimentos que demandem poucos gastos.

Além de proporcionar mudanças com relação aos aspectos econômicos e de trabalho, as Feiras da Reforma Agrária tem proporcionado aumento na auto-estima destes produtores-feirantes. É possível notar que defendem perante a sociedade a identidade de sujeito assentado pela reforma agrária, levando para a população da cidade o orgulho de sua condição e afirmando os benefícios que os projetos de Reforma Agrária trouxeram para a região.

Para José Marcelino, do assentamento Timboré em Andradina, a Feira abre espaço para a divulgação da Reforma Agrária: “Venho aqui para mostrar pra todos nosso trabalho”. Revelando com suas palavras o orgulho que sente de sua condição de produtor de alimentos ao mesmo tempo em que defende sua identidade de assentado.



Figura 9 – Faixa e placa que lembram o orgulho e a defesa da identidade/condição de assentado.

Fonte: Lopes (2010, p. 9).

Em geral os participantes são unânimes em afirmar as vantagens que as Feiras da Reforma Agrária trouxeram, principalmente na geração de renda. Para muitos foi uma porta que se conquistou, ou melhor, uma possibilidade diferencial para a comercialização de seus produtos, além de proporcionar a oportunidade de driblar a ação de atravessadores e empresas de revenda, como supermercados e laticínios.

A respeito deste assunto, vejamos o depoimento de L. Aparecida do assentamento Timboré em Andradina e que tem uma barraca na feira deste

município, “Nós não estamos mais entregando para o supermercado. Agora nossa produção é pra feira, pra merenda escolar (...) achamos melhor entregar direto pro consumidor do que ter um intermediário.” (informação verbal).²¹

Além disso, a eliminação dos chamados intermediários permite a oferta de preços vantajosos não só para o produtor, mas também para o consumidor. Segundo Maria Gomes, do assentamento Primavera em Andradina-SP, os preços praticados na Feira da Reforma Agrária tem sido menores do que os de uma feira convencional da qual ela também participa.

Portanto, compreende-se que este tipo de evento tem cumprido com seus objetivos de apoiar a agricultura familiar camponesa na região, pois, apesar de, em geral, a realização da Feira da Reforma Agrária ser para a maioria uma fonte de renda secundária, ainda assim, possibilita maior qualidade de vida.

Mas, talvez, o principal mérito destas feiras esteja no fato de poder acrescentar uma nova possibilidade de mercado para os produtos do campesinato na região. Numa situação em que o consumidor diretamente estimula a diversificação produtiva contribuindo para que não haja a dependência financeira de um produto único por parte do assentado, como no caso do leite que é a principal fonte de renda da maior parte de agricultores familiares da região.

Pois: “É na combinação de diferentes atividades que se definem os níveis de sujeição da renda e, por conseguinte, a capacidade que cada família possui de retê-la.” (PAULINO, 2006, p.112).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se neste estudo compreender primordialmente como se desenvolvem experiências camponesas de resistência frente aos desafios lançados pelo capital e de um Estado que, mesmo diante de uma economia de mercado capitalista da qual não oferece garantias mínimas ao produtor, se omite a subsidiar um dos setores

²¹ Informação fornecida por L. Aparecida, produtora do assentamento Timboré em Andradina-SP e uma das participantes da Feira da Reforma Agrária deste município. Abril de 2010.

produtivos mais importantes da sociedade brasileira, que é agricultura familiar, onde segundo consta no Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA é responsável pela produção de 70% de feijão, 87% da mandioca e 58% do leite produzido no país.

Estas experiências, embora não resolvam completamente o julgo do mercado, condição só possível com a transformação da sociedade, são ações estratégicas importantes que podem ser analisadas em dois sentidos. Primeiramente por seu aspecto econômico, cuja importância está na melhoria na vida das famílias camponesas. O segundo aspecto a ser analisado nesta relação está vinculado ao conteúdo político e está diretamente ligado ao primeiro, pois em um país como o Brasil de forte oligarquia fundiária, o fortalecimento econômico da classe camponesa pode impor um obstáculo aos interesses da burguesia agrária local.

Além disso, estas experiências agem contra a lógica do capital que busca se produzir através da exploração da renda camponesa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire A. **Identidade, Distinção e Territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul.** (Tese). Presidente Prudente. UNESP. 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/>

CARMO, Antonio José. **Fórum discutiu funcionamento do Barracão do Produtor.** Jornal do Assentado. Andradina-SP, mar. 2012, p. 13.

COSTA, Edgar A. **O Cooperativismo visto em três estudos de caso: Cooperativa de Assentados, Produção Integrada e Cocamar.** UNESP - Presidente Prudente/SP: Revista Formação, 1997. n. 3-4, p.1-130.

FABRINI, João E. **Assentamentos de Trabalhadores Sem-Terra: experiências e lutas no Paraná.** Marechal Candido Rondon/PR: LGeo, 2001.

GUIMARÃES, Roberli R.; MESQUITA, Helena A. **Feira Camponesa: Instrumento de luta e resistência das mulheres camponesas em Catalão-GO**. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária – ENGA. São Paulo-SP, 2009, pp.1-15.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Banco de Dados Agregados (SIDRA). Disponível em: www.ibge.gov.br

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Unidade Avançada de Andradina-SP**. (2011)

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Geografia e Território: Desenvolvimento e Contradições na Agricultura. In: **Boletim de Geografia Teórica**. Vol. 25 nº 49-50, pp. 15-58, Rio Claro-SP, 1995.

LOPES, D. E. A Feira da Reforma Agrária em Andradina-SP: uma estratégia de resistência camponesa. In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos**. Porto Alegre- RS, 2010. Disponível em: <www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=1762>. Acesso em: 31 ago. 2011.

PAULINO, Eliane T. **A Geografia dos Camponeses no Norte do Paraná**. (Tese). Presidente Prudente. UNESP. 2003.

_____. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____; ALMEIDA, Rosemeire A. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, Tânia P. **As Formas Organizacionais de Produção dos Camponeses Assentados no Município de Baytaporã/MS**. (Dissertação). Presidente Prudente, UNESP. 2004.